

CORPOS QUE GRITAM EM SILÊNCIO: AS MARCAS DO ABUSO SEXUAL NA EXISTÊNCIA DE MULHERES NEGRAS ARRAIANAS

BODIES THAT SCREAM IN SILENCE: THE MARKS OF SEXUAL ABUSE IN THE EXISTENCE OF BLACK WOMEN FROM ARRAIANAS

Cleudiely da Silva Rodrigues¹
Universidade Federal do Tocantins

Lenilda Damasceno Perpétuo²
Universidade de Brasília

Lara Andreia Sant Anna Cardoso³
Universidade de Brasília

RESUMO

Este artigo é fruto das inquietações e reflexões de suas autoras que em suas vivências e experiências trazem narrativas de mulheres negras arraianas, que reforçam as questões relativas ao abuso sexual na infância e seus desdobramentos na vida adulta. Mulheres empobrecidas negras que vivenciam, em seus cotidianos, situações de violências e são atravessadas e marcadas pelo patriarcado e a interseccionalidade que são explicitamente presenciadas em um sistema operante opressor. Considerando como problema de pesquisa o questionamento: de que maneira o abuso sexual infantil afeta as vidas de mulheres negras arraianas em seus percursos de vida? O objetivo geral é analisar como as mulheres vítimas de abuso sexual infantil lidam com essa situação durante seus processos que atravessam de sobremaneira suas vidas. Tendo como objetivos específicos: investigar o percurso histórico das mulheres negras no Brasil; identificar os elementos que sustentam o patriarcado e o machismo no município de Arraias/TO; pesquisar as mulheres no município de Arraias/TO que tenham sofrido abuso sexual infantil, seus enfrentamentos diários e as mudanças que ocorreram na vida dessas mulheres após o abuso; bem como, identificar o grau de parentesco que os autores/agressores se encontram. Utilizamos a metodologia qualitativa com entrevistas semiestruturadas e narrativas de mulheres negras. Dialogamos com teóricas negras que sustentam e trazem luzes a essa necessária pauta.

Palavras-chave: Abuso sexual; Infância; Patriarcado; Sistema de opressão e mulheres negras.

ABSTRACT

This article is the result of the concerns and reflections of its authors, who, through their experiences, bring to light narratives of Black women from Arraias, which reinforce issues related to childhood sexual abuse and its consequences in adulthood. These impoverished Black women experience situations of violence in their daily lives and are permeated and marked by patriarchy and intersectionality, which are explicitly witnessed in an oppressive operating system. Considering the research problem as: how does child sexual abuse affect the lives of Black women from Arraias throughout their lives? The general objective is to analyze how women victims of child sexual abuse deal with this situation during the processes that significantly affect their lives. The specific objectives are: to investigate

¹Graduada em Pedagogia, pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Campus de Arraias, Tocantins. Lattes: 2205169141847848. E-mail: cleudiely.rodrigues@mail.uft.edu.br.

²Bióloga e pedagoga. Doutora em Educação pelo PPGE na Universidade de Brasília, pesquisadora e membra do grupo de pesquisa Consciência, foi Professora substituta do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins Campus de Arraias/TO. Lattes: 0705673074010046. E-mail: lenilda.perpetuo@uft.edu.br.

³Historiadora e pedagoga, Doutoranda em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Professora da Educação Básica da SE. Lattes: 0477511584114697. E-mail: lascptu@gmail.com.

the historical trajectory of Black women in Brazil; to identify the elements that sustain patriarchy and machismo in the municipality of Arraias, Tocantins; To research women in the municipality of Arraias, Tocantins, who have suffered child sexual abuse, their daily struggles, and the changes that have occurred in their lives after the abuse; as well as to identify the degree of kinship of the perpetrators/aggressors. We used a qualitative methodology with semi-structured interviews and narratives from Black women. We engaged with Black theorists who support and shed light on this important issue.

Keywords: Sexual abuse; childhood; patriarchy; system of oppression and black women.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto das inquietações das pesquisadoras, que são mulheres negras, professoras e que vivenciam em seus cotidianos o quão é desafiador sobreviver em um país racista, machista, classista, misógino e que são atravessadas por um sistema patriarcal opressor, onde a mulher ainda é vista como um ser inferior, com menos poder de fala e que deve ser submissa e validada o tempo todo por homens. A história dessas mulheres se inter cruzam na Universidade Federal do Tocantins, campus Arraias, que é uma pequena cidade do interior do Tocantins, com apenas 10.552 habitantes, sendo majoritariamente composta por pessoas negras. A chegada da Universidade Federal do Tocantins é um marco histórico na vida dessa comunidade arraiana que sofreu ao longo dos tempos o descaso do poder público e de políticas públicas de inclusão social e educacional, que faz toda a diferença no processo histórico desse município.

Cleudiely, mulher preta, quilombola da comunidade Kalunga do Mimoso, terceira filha de lavradores com pouca escolarização, todos moradores da comunidade Kalunga do Mimoso, Município de Arraias TO. Graduada em Pedagogia (2025), assim como a maioria das mulheres negras desse território, enfrentam muitas barreiras intergeracionais para ocupar o espaço restrito, mas de direito, da universidade pública. Atualmente é a primeira mulher de sua família com curso superior graduada e licenciada, o que é um grande feito, haja vista que aos demais familiares, amigos e a maioria da comunidade, por todas as dificuldades, enfrentamentos e barreiras sociais lhes foi negado esse direito à educação superior.

A estudante realizou seu trabalho de conclusão de curso com o TCC intitulado “As consequências do abuso sexual infantil na vida adulta: narrativas de mulheres negras arraianas”, que é uma temática que atravessa, mexe e remexe muito com a sua história de vida e de muitas outras mulheres do seu convívio. Foi a partir daí que começam as inquietações, anseios e buscas pelas teorias e teóricos que pudessem compreender e explicar a materialidade da vida social e cultural e as barreiras vivenciadas por mulheres, que em suas narrativas relatam os estragos que o abuso sexual infantil causou e continua causando em suas trajetórias de vidas.

Como nos ensina bell hooks, foi por meio da vivência, da consciência, da dor e da fome mútua e por respostas que amenizassem essas dores, que as pesquisadoras professoras se encontram na vida acadêmica e na caminhada da pesquisa, pela força coletiva para, compartilhar suas histórias e aprender que a luta, é um instrumento importante para fortalecer outras mulheres, bem como para o processo de compreensão, cura e luta conjunta.

Portanto os dados e os conteúdos que são apresentado nesse artigo, foi fruto dessa caminhada acadêmica dessas mulheres que vivenciam em seus cotidianos os efeitos do patriarcado dentro de um sistema opressor, racista, machista e misógino, que reforça os estereótipos acerca do papel submisso da mulher na sociedade contemporânea. E isso ganha reforço ainda maior, quando o fenômeno observado é um município marcado pela história de uma pequena elite branca, conservadora de coronéis fazendeiros e do outro lado pessoas empobrecidas, negras, que foram escravizadas e sucumbidas dos seus direitos sociais.

Considerando o tempo e o histórico do lugar, o que nos impulsiona como problema de pesquisa, é compreender de que maneira o abuso sexual infantil afeta as vidas de mulheres negras arraianas em seus percursos de vida e como isso impactou as suas vidas, as afastando de espaços de construção do conhecimento científico? O objetivo geral deste trabalho é analisar como as mulheres vítimas de abuso sexual infantil lidam com essa situação durante os seus processos e como foram afetadas no sentido de ocuparem espaços de fala e de poder.

Tendo como objetivos específicos: Investigar o percurso histórico das mulheres negras no Brasil; identificar os elementos que sustentam o patriarcado e o machismo no município de Arraias/TO; pesquisar as mulheres no município de Arraias/TO que tenham sofrido abuso sexual infantil e seus enfrentamentos diários, bem como as mudanças que ocorreram na vida dessas mulheres após o abuso; identificar o grau de parentesco que os autores/agressores se encontram.

Acreditamos na relevância desse artigo, pois é uma pauta de bastante tabu e silenciamento e que necessita de maior discussão e repercussão nas famílias, nas escolas e na sociedade em geral. É necessário abriremos espaços para que as mulheres vítimas de abusos sexuais na infância tomem a iniciativa para compartilhar e denunciar esse acontecimento trágico de suas vidas, além de tentar compreender os seus desdobramentos e refletir até que ponto essas violações podem afetar a vida sexual, mental, física e intelectual dessas mulheres.

TRAJETÓRIA DE LUTA DAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL

A mulher negra sempre teve seu corpo reconhecido como instrumento sexual para satisfazer homens brancos. Segundo hooks (2017, p.133) “As brancas continuaram encarando as negras como concorrentes sexuais, ignorando as agressões e abusos sexuais das negras pelos homens brancos”. As violações dos direitos das mulheres negras que ocorrem no município de Arraias e também no mundo todo são o efeito do patriarcado impregnado desde a época de colonização, quando os navios negreiros saíram da África com destino ao Brasil.

No processo de colonização, as mulheres negras retiradas de suas terras viviam em completo cárcere e escravidão. Além disso, tinham que manter relações sexuais com seus senhores, cuidar de todas as atividades domésticas e ainda amamentar os filhos de suas senhoras.

Havia uma disputa muito grande entre mulheres brancas e negras, pois até as brancas que eram plebeias se sentiam superiores às mulheres negras e não se incomodavam com os maus-tratos que essas mulheres viviam. O termo “prostituta” era empregado às mulheres negras, pois eram vistas como objetos sexuais dos homens e até mesmo expostas ao público, e não serviriam para serem esposas com as regalias de uma madame (bell hooks, 2017). Ressaltamos que, ainda no século XXI, há vestígios desse preconceito e que, muitas vezes, as negras que têm relações conjugais com homens brancos são constrangidas da pior maneira possível.

A dita “abolição da escravatura” no Brasil, um marco histórico que ocorreu em 13 de maio de 1888, oficializou o fim do regime escravocrata no país. Dessa forma, foi instituída a lei Áurea, assinada por Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga de Bourbon-Duas Sicílias e Bragança, conhecida também como princesa Isabel. Esse acontecimento foi um movimento de luta e resistência dos negros pela garantia dos direitos básicos; foi um processo árduo, de muita luta, dor e sofrimento e que não garantiu a alforria.

Por outro lado, mesmo com o suposto fim da escravidão no país, não houve a reparação, nem mesmo a garantia de inclusão das pessoas escravizadas na sociedade e muito menos a garantia do acesso aos direitos sociais, fundamentais e nem mesmo a igualdade. Ou seja, não houve justiça social. Os recém libertos, analfabetos, subalternos e sem o apoio dos Estados, ficaram marginalizados e trabalhando em empregos com situações precárias e de baixa remuneração.

Dentre esses serviços, o doméstico, que ainda em situação de escravidão era ocupado por mulheres negras, após a abolição até os dias atuais, é um serviço prestado, onde majoritariamente são ocupados por mulheres negras de baixa renda. A escravidão naquele formato chegou ao fim, mas os serviços ainda são ocupados pelas mesmas, segundo a perspectiva de Tahinan

Com o fim da escravidão no Brasil, muitos negros foram expulsos das fazendas e ficaram sem ter onde morar, muito menos como sobreviver. Grande parte desses negros foram viver nos morros e periferias que hoje conhecemos como favelas. Sem emprego e com moradias indignas, iniciou-se o que hoje conhecemos como o processo de criminalização do negro. Sem educação, infraestrutura, saúde e moradia, o que resta a essa população são poucas opções de sobrevivência (Santos, 2019, p.49).

Nesses aspectos, a mulher negra ocupava o serviço de doméstica e cotidianamente sofriam os diversos tipos de abusos e maus tratos de quando eram escravizadas. A dificuldade de adentrar na sociedade e ser reconhecida também foi um dos momentos árduos dessas mulheres, pois a garantia de liberdade não assegurou a igualdade e a oportunidade para os negros. Neste contexto e nos contextos atuais, ser mulher era e é um lugar de diversas restrições e desigualdade, mas ser mulher, negra e de baixa renda era uma posição desafiadora para a sobrevivência.

ELEMENTOS OPERANTES DO PATRIARCADO NO BRASIL E NO MUNICÍPIO DE ARRAIAS TO.

O patriarcado ainda está impregnado e normalizado na sociedade contemporânea, visto como uma forma de poder sobre as mulheres, e esse poder que maltrata, molda, mata, objetiva nossos corpos e nos inferioriza. Com base nos argumentos de Diniz e Gebara (2022, p.5) “tristemente, é um regime de poder, hierarquizante e excludente, que, com diferentes intensidades, todos nós reproduzimos. É preciso assombrar-se para distanciar-se do patriarcado e de suas tramas perversas, como o capacitismo, o classismo ou o racismo”.

Em outras palavras, o patriarcado é um sistema opressor onde o homem é o principal sujeito de poder; portanto, é um sistema de subordinação e qualificação de violências. Nas relações intrafamiliares, as mulheres necessariamente seriam as sujeitas subordinadas aos homens; nesta relação, é o “chefe” o provedor. Conforme Viana e Costa (2024) “dentro desse contexto, as mulheres são tratadas como propriedades dos homens, limitadas ao papel de objetos de satisfação sexual e reprodutiva, sem autonomia sobre suas vontades.”

Por consequência, a mulher era vista somente como a cuidadora do lar, mães, e serviam somente para cuidar do lar. Evidentemente, as relações sociais e a percepção da mulher sobre seu lugar no mundo mudaram, mas os estereótipos empregados à mulher continuam, e a luta pela igualdade também. Por conseguinte, movimentos feministas foram criados para a garantia dos seus direitos. Em diálogo com Viana e Costa (2024) que afirma que “o machismo, por sua vez, se manifesta por meio de atitudes e opiniões que negam a igualdade de direitos entre homens e mulheres, favorecendo o sexo masculino.”

No contexto social e cultural do município de Arraias, os vestígios do patriarcado ainda são visíveis, em diálogo com Costa (2008, p.26) que diz que “pela utilização da obrigação de reciprocidade, do prestígio das linhagens e do espaço sagrado.” Essa obrigação de reciprocidade está ligada a favores e à dependência que o dominador impõe ao dominado, que, de algum modo, garante proteção e recursos, que aparentemente seriam uma troca igual, mas isso só favorece os dominadores e faz com que os dominados subalternos fiquem submissos a eles.

Em relação aos prestígios de linhagens, estão ligadas às famílias de poder que, de algum modo, constituíam a cidade durante sua construção e que detém de um poder que é trazido de geração em geração. São famílias que têm domínio sobre uma parte significativa da cidade e que estão em lugar de privilégio e dominação. Em relação às questões do espaço sagrado, estão relacionadas às questões religiosas que, conseqüentemente, configuram um espaço que pretende manter a ordem social e a obediência. Portanto, essas posturas contribuem para a manutenção do sistema opressor, permitindo que o dominador permaneça com seus privilégios.

Em diálogo com Magda Costa (2008) ela reforça que, na cidade de Arraias, os partidos políticos que predominavam a cidade eram a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD), e os representantes partidários eram constituídos por coronéis que, quando eleitos, tinham total poder sobre a população e usufruíam do lugar de privilégio para alimentar seus recursos e fortalecer o nome de suas famílias. Com a forte influência da política na cidade de Arraias-TO, isso possibilitou que grandes famílias se mantivessem no poder por longos períodos, controlando e monitorando as vidas dos cidadãos da cidade. Os espaços institucionais e estatais do município de Arraias se centralizam na cidade e são próximos uns dos outros, como, por exemplo, o Banco do Brasil, a câmara dos vereadores, a igreja matriz e a polícia civil, o que configura espaços de poder e controle social.

MARCAS DO ABUSO SEXUAL INFANTIL, FERIDAS QUE SANGRAM

De acordo com o Ministério da Saúde, no boletim epidemiológico (2024, p.01) “a violência sexual contra crianças e adolescentes configura-se como um agravo de natureza sociocultural compreendido a partir de diferentes dimensões e que se expressa nas relações sociais de classe, gênero e de raça/cor e sua interseccionalidade” É considerado um caso de saúde pública que o Estado e a comunidade deveriam combater em coletividade (trabalho em rede de apoio) para a diminuição desses casos.

Por conseguinte, o abuso sexual infantil é considerado um problema grave, a família e as escolas são instituições que têm papel fundamental no enfretamento e na formação do ser social

da crianças, mas não oferecem uma rede de apoio confiável e segura. Segundo os dispositivos legais, a Lei N° 9.970, de maio de 2000, instituiu o dia 17 de maio como o Dia 23 Nacional do Combate à Exploração Sexual e ao Abuso de Crianças e Adolescentes. Segundo o site do Governo do Tocantins (2020), diz que

Segundo o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), no ano de 2019, foram notificados 1.492 casos de violências contra adolescentes no Tocantins, sendo 466 correspondentes à violência sexual. Já neste ano, até o mês agosto, dos 759 casos de violências notificados, 269 são referentes à violência sexual. (Brasil,2020).

Não há um padrão específico para definir o abuso infantil, mas o abuso sexual integra quatro tipos de abuso: abuso físico, abuso emocional, negligência e abuso sexual. Segundo a autora, “embora os quatros tipos de abuso sejam considerados categorias bem distintas, é possível argumentar que eles podem se sobrepor e que uma criança pode sofrer qualquer um desses abusos, alguns deles ou todos eles” (Sanderson, 2006, p.5).

Ao adentrarmos no contexto do abuso sexual, é importante darmos ênfase no termo “família”, que, do mesmo modo, o contexto intrafamiliar é um ambiente onde envolve, na maioria das vezes, situações de poder e hierarquia. Conforme Faleiros (2001) a escala hierárquica dentro da família está relacionada às questões de gêneros, pois o poder dentro da família, em geral, está relacionado ao homem, heterossexual, adulto, e, em segundo lugar, à mulher, e depois os filhos. Portanto, o contexto familiar não é um contexto tranquilo e, ao longo do tempo, as intervenções têm sido realizadas dentro da família.

Dentro dessas questões intrafamiliares, as relações de poder são muito marcante, e muitas vezes esse lugar de poder ocupado pelo sexo masculino: pai/padrasto, tio, avô e irmão, que exerce a função de dominadores sobre o dominado, que neste caso é a criança, que não tem poder sobre o sujeito dominador. Com isso, esses dominadores têm se mostrado no papel de abusadores, que, em relação intrafamiliar, seriam os que deveriam demonstrar segurança e proteção, mas acabam usufruindo de seus privilégios e se tornando agressores. De acordo com Faleiros (2001, p.71) “é relativamente rara a violência sexual ser exercida por desconhecidos e é muito mais praticada contra mulheres, envolvendo uma questão de gênero.”

ABUSO SEXUAL NA VIDA DE MULHERES NEGRAS NO MUNICÍPIO DE ARRAIAS: FERIDAS ABERTAS

Eu podia ter o conhecimento e não ter a coragem. Quando você é mulher negra, é preciso ter os dois. Djamila Ribeiro (2023)

Djamila Ribeiro Mulher negra, filósofa brasileira, professora e uma das principais influenciadoras no combate ao racismo, estando à frente das lutas feministas e a desconstrução do

patriarcado que tanto assola, assusta, silencia e oprime grupos interseccionados. Ela nos provoca a pensar que além do conhecimento que dá propriedade na fala, as mulheres negras necessitam romper com o silêncio, tomar consciência, agir ocupando lugares de supremacia branca construídas historicamente.

Considerando os dados do Censo 2022, a população de Arraias TO era de aproximadamente 10.287 habitantes. Dentre eles, 3.571 se autodeclararam negros e 5.800 se consideram pardas, representando mais de 90% da população autodeclarada negra. Além disso, considerando esse quantitativo de pessoas representado pela pesquisa do censo 2022, cerca de 48,7% das pessoas residentes em Arraias são do sexo feminino, totalizando aproximadamente 5.011 mulheres. O número representativo de pessoas quilombolas é cerca de 1.572, aproximadamente 15,3% da população arraiana se autodeclara quilombola. A partir desse quantitativo, 768 é o representativo de mulheres que se autodeclararam quilombolas, portanto, o número de pessoas quilombolas no município de Arraias-TO é um número significativo, e esse quantitativo é representado por homens e mulheres.

Com o passado marcante e escravocrata na cidade, a objetificação e sexualização dos corpos femininos interferiram na vida de várias mulheres negras. Por ser uma cidade onde o patriarcado ainda é visível, os cargos de poder também são compostos majoritariamente por pessoas brancas que, de algum modo, pertencem a famílias de grandes nomes.

Essas famílias, que há muito tempo governam a cidade, são vistas, aos olhos de quem não compreende a hierarquia impregnada desde a construção da cidade, como generosas, fazendo com que esses efeitos passem despercebidos.

Portanto, serviços como os domésticos, eram e ainda são designados às mulheres negras, muitas vezes advindas de comunidades quilombolas com o intuito de mudar e procurar perspectivas de vida melhor. Frequentemente, vinham de famílias empobrecidas. Ainda muito jovens, saíam de suas famílias, conseqüentemente, iam trabalhar nas casas das grandes famílias que constituíam a cidade de Arraias. Gebara (2022, p.30) “as estruturas patriarcais excludentes ficarão de pé ainda por muito tempo, se não ouvirmos o latejo incessante de nosso coração e os lamentos de tantas mulheres e crianças violentadas.” Por muito tempo, foram silenciadas e oprimidas pela sociedade machista e racista; inúmeras mulheres e crianças sofreram violências e, em decorrência dessa sociedade opressora, essas violências foram anuladas.

De acordo com o panorama da violência letal sexual contra a crianças e adolescentes no Brasil (2021, p.10) “entre as vítimas de estupro, 86% das vítimas são do sexo feminino e 14%

do sexo masculino. E a divisão por raça/cor é de 55% das vítimas brancas, 44% negras e 0,6% ‘outras’.” Esse percentual evidencia a vulnerabilidade das meninas em relação à violência sexual, destacando ainda a desigualdade de gênero, machismos e racismo estrutural que contribui para a perpetuação dessas violências.

Conforme Aguiar (2007, p.87), “a mulher negra no Brasil é discriminada duas vezes: por ser mulher e por ser negra.” Pelos diversos grupos de opressão nos quais uma mulher negra está inserida, a desigualdade e a pobreza fazem com que essas mulheres estejam mais vulneráveis a sofrer violências. Ao estarem dentro de uma casa de uma família de poder, a exploração sexual dessas mulheres e meninas era naturalizada. Quando engravidavam, eram mandadas de volta para suas famílias como se fossem objetos ou mercadorias, e, conseqüentemente, tinham suas infâncias/juventudes violadas e interrompidas. Com os entendimentos e estudos de hoje, percebemos o quanto de meninas foram abusadas sexualmente na infância e que, de algum modo, só perceberam quando estavam em fase adulta.

Por outro lado, quando o abuso ocorre dentro do contexto familiar, envolve muitos aspectos importantes relacionados aos familiares das vítimas, como questões de vulnerabilidade, pobreza, dependência econômica, dependência emocional e religiosidade. Segundo Faleiros (2001), a família foi vista por muito tempo como um lugar de não-cidadania, um lugar onde o poder público não tem poder, mas existe um poder privado, o poder do homem, o provedor.

Por ser uma cidade do interior, o abuso de poder ocorre com frequência; nesses casos, os corpos de mulheres negras são objetificados. Além disso, por serem negras, sofrem ainda com os efeitos do machismo, racismo e misoginia que estão ligados a atitudes violentas e hostis (Borges, 2020). Conseqüentemente, isso as deixam mais vulneráveis à exploração e abusos sexuais.

É importante perceber a integração dialética entre exploração e opressão apesar de serem conceitos diferentes. Segundo Toledo (2017) a opressão, portanto, significa aproveitar-se de uma situação de inferioridade em que o outro se encontra para obter vantagens e privilégios. O que aproxima a compreensão da sociedade arraiana com as mulheres negras, como inferiores e submetidas à exploração que Toledo (2017) aponta ser diferente da opressão porque afeta diretamente com as formas de trabalho dentro do modo de produção vigente.

Outra questão relevante é que as famílias empobrecidas constituem uma grande parte da população arraiana. Por falta de oportunidades, elas também se encaixam no grupo de vulnerabilidade. Esse dado nos mostra que as mulheres negras arraianas sofreram e sofrem a opressão

e a exploração o que ainda ressalta a racialização. Trata-se de uma cidade negra, circundada por quilombos.

O racismo estrutural que permeia a estrutura do Brasil como um todo afeta principalmente as cidades do interior, pois há um indício do patriarcado ainda muito forte. Almeida (2019) dialoga que o racismo estrutural é algo que está enraizado na estrutura social constituída pela população branca. Desde a colonização, isso constitui conflitos entre classes e raças. Além disso, são práticas discriminatórias que perpetuam uma certa comunidade. Consequentemente, há uma ausência do poder público para garantir a segurança e os direitos dessas mulheres e crianças.

Os impactos do abuso sexual nas vidas de mulheres negras são irreparáveis e profundos. É perceptível que, diante das respostas das entrevistadas, ainda há alguma emoção não superada. Conforme destacou uma das entrevistadas: *“Qualquer toque físico com homem já me deixa desconfortável e não crio muita segurança no gênero masculino”* (Lírio). Esse relato evidencia que há muitos traumas psicológicos e os gatilhos que esse ato provocou, e que, de algum modo, ainda provoca na vida de quem é violado, comprometendo de sobremaneira suas relações futuras.

Por conseguinte, essa transgressão impacta diretamente a vida das mulheres como um todo; esse ato carrega consigo uma tonelada de traumas e sentimentos individuais e coletivos. Dentre esses traumas, conforme podemos observar na fala da entrevistada, ainda há uma carga de sentimentos significativos que, neste caso, nos faz refletir sobre os traumas psicológicos que afetam a psique das vítimas. Conforme podemos observar, uma das entrevistadas diz: *“A partir desse episódio, comecei a ter crises de ansiedade, tive nojo, vergonha, sentimento de fracasso”* (Rosa).

Nojo, vergonha, raiva e ansiedade são sentimentos que estão presentes nas falas de inúmeras mulheres abusadas sexualmente. São cargas que, por mais que o tempo passe, são difíceis de apagar da memória e, em sequelas, afetam diretamente a construção da sua personalidade social, inseguranças e comportamentos diários. Portanto, sofrem problemas como insônia, mudança de humor, depressão, ansiedade, perda de peso, baixa autoestima, dificuldade em se relacionar com pessoas do sexo oposto e outros inúmeros problemas que essa transgressão violenta carrega consigo.

Optamos por coletar informações por meio de entrevistas estruturadas e semiestruturadas, devido à dificuldade de encontros presenciais, bem como à impossibilidade e às dificuldades encontradas para que essas mulheres falassem abertamente sobre as ocorrências dos fatos relativos ao abuso na infância. Pensando assim, e para o conforto de todas elas, optamos por utilizar um

questionário online como técnica e método de coleta de informações. Severino (2007) argumenta que o questionário é um conjunto de questões articuladas que tem como objetivo o levantamento de hipóteses e informações, com o intuito de filtrar as informações de outras pessoas sobre um determinado assunto.

No livro de Antônio Joaquim Severino, ele destaca quatro principais características qualitativas de um trabalho científico, que devemos refletir: que seja pessoal, autônomo, criativo e rigoroso. Nesta pesquisa, refere-se muito à característica pessoal, autoral e com rigor acadêmico. Conforme o autor

Trabalho pessoal no sentido em que ‘qualquer pesquisa, em qualquer nível, exige do pesquisador um envolvimento tal que seu objetivo de investigação passa a fazer parte de sua vida’; a temática deve ser realmente uma problemática vivenciada pelo pesquisador, ela deve lhe dizer respeito (Severino, 2007, p.214).

Nessa perspectiva, trabalhamos com uma pesquisa científica que se preocupa com o envolvimento da pesquisadora com o assunto tratado e que, todavia, traz características com o merecido rigor acadêmico, pois não há espaço para suposições ou espontaneidade, mas valoriza a disciplina aplicada para construir este trabalho. Além de investigar e coletar informações relevantes, tivemos o envolvimento e o compromisso de revelar a realidade dessas mulheres.

Em relação às entrevistas estruturadas, Antônio Joaquim Severino, em seu livro “Metodologia do Trabalho Científico”, nos aponta que:

Entrevistas estruturadas são aquelas em que as questões são direcionadas e previamente estabelecidas, com determinada articulação interna. Aproxima-se mais do questionário, embora sem a impessoalidade deste. Com questões bem diretas, obtém, do universo de sujeitos, respostas também mais facilmente categorizáveis, sendo assim muito útil para o desenvolvimento de levantamentos sociais. (Severino, 2013, p.97).

Para tanto, dialogamos com a autora Minayo (2011), que apresenta em seu artigo a importância de compreender e de nos colocarmos no lugar do outro enquanto pesquisadores, pois a pesquisa qualitativa traz a necessidade de vivenciar a experiência, e cada indivíduo tem suas diferenças.

Primeiramente, selecionamos mulheres com idade entre 15 e 30 anos e, a partir de uma breve conversa, identificamos aquelas que tinham sofrido abuso sexual no passado para, assim, nortear os passos das entrevistas.

Com as perguntas já formuladas e abertas a modificações, marcamos um encontro com as entrevistadas individualmente, pois a identidade delas não seriam reveladas; somente os relatos seriam publicados. Infelizmente, houve resistência, e elas não se sentiram à vontade para realizar as entrevistas pessoalmente, pois acreditamos que se esquivaram para que suas feridas não fossem expostas.

Partimos para a segunda opção, que foi mais viável, ou seja, a realização do questionário online com perguntas estruturadas e semi-estruturadas, a fim de responder nossos objetivos propostos. Nessa tentativa, compartilhamos em grupos de whatsapp e enviamos para amigas, conhecidas e estudantes, e obtivemos seis respostas de seis mulheres com faixas etárias diferentes. Com o recorte de idade que mencionamos anteriormente, percebemos que houve uma entrevistada com a idade de 57 anos, que ultrapassou a expectativa do recorte de idade de mulheres até 30 anos.

Foram coletadas 6 respostas de 6 mulheres, das quais 5 delas residem atualmente em Arraias-TO e 1 no Estado de Goiás. Nos quesitos de faixa etária, tem entre 16 e 57 anos, e as idades de quando ocorreram os abusos variam entre 8 e 12 anos. Para preservar a identidade das mesmas, utilizamos nomes de flores para representar cada uma delas, já que as flores ficam expostas o tempo inteiro, são belas, sensíveis e, da maneira como são vistas e tratadas, podem ter maior ou menor durabilidade e beleza, bem como podem enfeitar ou representar a vida ou a morte.

Por isso, nossas entrevistadas foram respeitosamente e carinhosamente homenageadas com nome de flores: Violeta, Rosa, Camélia, Margarida, Dalila e Lírio.

Tabela 01: Idade em que ocorreu o abuso na vida das entrevistadas

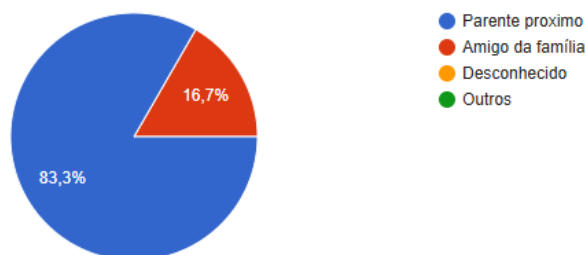
Fonte: Fonte: Elaboração própria

Tabela 02: Como foi a experiência do abuso sofrido na infância?

Tabela 03: As memórias voltaram? Como lidaram com elas?

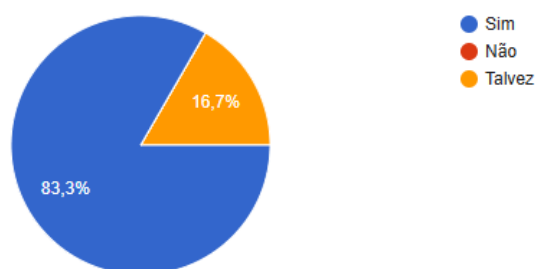
Nomes	Respostas
Violeta	Sim, as vezes fico lembrando. Mas lembro que cada dia vai ser melhor pra mim me acostumar com isso.
Rosa	Já fiz tratamento psicológico, mas não adiantou. Tenho pesadelos praticamente todos os dias, sonho com ele me matando ou matando alguém que eu amo. Tomo medicamentos para ansiedade e depressão moderada, quando tenho crises, nem o Diazepam me faz dormir.
Camélia	Sim, hoje estou mais tranquila. Mas na época eu morria de medo de ficar sozinha
Margarida	Sim. Sempre voltam. Às vezes quando estou em ambientes fechados na presença de homens em que me vejo sozinha, ou quando entro em banheiros públicos ou de beira de estrada, sempre vem os gatilhos da lembrança. Meu coração dispara e eu entro em pânico.
Dalila	Sempre voltam, tenho crises de ansiedade, e às vezes não consigo dormir. Mas faço uso de medicamentos para ansiedade e depressão que me possibilitam passar por isso de uma forma menos dolorosa.
Lírio	Sim, melhorou bastante, mas antes acontecia frequência, tento me distrair e pensar positivo.

Gráfico 01: Grau de parentesco ou proximidade do agressor?



Analisando o gráfico 01, observamos que 83,3% são parentes próximos e 16,7% são amigos próximos da família. Portanto, esse resultado se assemelha ao cenário geral brasileiro de abuso sexual na infância. Nos dados do Disque 100 segundo a Agência Brasil (2019) “Os números mostram que mais de 70% dos casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes são praticados por pais, mães, padrastos ou outros parentes das vítimas.” O que agrava ainda mais os silenciamentos e pagamentos dessas mulheres.

Gráfico 02: Acreditam que o abuso sexual infantil afetou suas capacidades de construir relacionamentos interpessoais saudáveis na vida adulta?



O gráfico acima apresenta que 83,3% dos casos acreditam que o abuso sexual afetou suas capacidades de construir relacionamentos interpessoais, e 16,7% responderam que talvez isso tenham afetado. No artigo publicado na Revista FT, como observa Alves e Dimarães (2023) “O abuso sexual durante a infância pode deixar marcas profundas na psique de uma pessoa, afetando sua saúde mental, relacionamentos interpessoais e qualidade de vida geral.” Nos termos mais populares, “na psique” significa na mente, no espírito ou na alma. Baseando-se nas respostas das perguntas (abertas) das entrevistadas, é perceptível que ainda há um sentimento que as incomoda; em suas palavras, percebemos dor e sofrimento.

Imagem 01: Nuvem de palavras construída a partir do sentimento de mulheres vítimas de abuso sexual:



Fonte: Fonte: Elaboração própria

Conversando com uma das mulheres negras, uma delas relata que tanto ela quanto a mãe, a avó e duas irmãs, todas trabalharam como empregadas domésticas em casas de famílias ricas da região e todas foram abusadas pelos patrões e filhos dos patrões durante muito tempo. Uma das irmãs engravidou com 15 anos, foi expulsa da casa da família e ainda foi impedida de comentar na cidade quem era o pai da criança. Perguntamos sobre o sentimento que vinha na cabeça delas ao lembrar desses fatos, e as palavras que mais foram ditas foram: medo, nojo, culpa, ansiedade, depressão e assunto proibido em família. Portanto construímos essa nuvem de palavras para destacar os principais sentimentos que representam esta ação na vida dessas mulheres. São palavras que representam os sentimentos que as mulheres entrevistadas mencionaram em suas narrativas. São representações como o medo, que está centralizado e acentuado na imagem que perdura o silenciamento e isso reflete na manutenção da relação opressor e oprimido. Em Pedagogia do oprimido, Paulo Freire (2011) explora a relação entre opressor e oprimido, descrevendo-a como uma dinâmica de poder em que um grupo social exerce controle e dominação sobre o outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa de investigação social e de caráter qualitativo, trouxe elementos para discutirmos e refletirmos acerca das questões que atravessam os corpos negros de mulheres em seus contextos socioculturais e como isso afeta de sobremaneira o percurso de vida dessas mulheres vítimas desse tipo de violência. Teve como problema de pesquisa: compreender de que maneira o abuso sexual infantil afetou a vida de mulheres negras arraianas em seus percursos históricos? Aplicamos questionários e o que constatamos que, todas as mulheres entrevistadas trazem em suas narrativas traumas, solidão, cautela que são observadas em suas falas dolorosas e potentes

que nos ajudam a compreender o quanto os abusos na infância as afastaram dos espaços coletivos, da família, da escola, da universidade e como desfecho da oportunidade do trabalho formal qualificado.

Na construção deste trabalho, evidenciamos que essa violência afeta diretamente a autoestima da mulher, bem como na construção de relacionamento interpessoal, a dificuldade em criar laços afetivos e de confiança, como também a saúde emocional e psíquica, que se desdobra e desencadeia em muitas outras áreas, saúde, como educação e vida social espiritual.

Nas narrativas das entrevistadas, percebemos que o ato dessa violência vai muito além do abuso em si, que já é algo doloroso e difícil superar, mas atravessa principalmente as relações que são criadas e estão inseridas em um sistema de opressão e de constante interseccionalidade, onde a mulher é visibilizada, objetificada, menosprezada, desqualificada e até mesmo diminuída em sua dor. Tudo isso para mantê-la silenciada e refém da situação.

Portanto, essas mulheres são resistentes, que lutam cotidianamente por visibilidade, pela sua sobrevivência e (re) construção de suas vidas. Além disso, reforçam a importância de ocuparem espaços de fala e espaços na educação e nas áreas de conhecimento para ajudarem a construir redes de proteção e apoio a outras mulheres vítimas constantes dos abusos, que muitas vezes acontecem dentro de suas casas e com pessoas muito próximas da família.

A pesquisa também aponta para a importância de tratar esse assunto em família, e nos espaços da educação formal, para que sejam, reveladas, tratadas e resolvidas a tempo de diminuir os danos.

Outro aspecto relevante é que esse assunto seja pauta nos cursos de graduação, pós-graduação e principalmente nos cursos de licenciatura, para que se trabalhe na formação desses profissionais, para que possam orientar, palestrar, sensibilizar, dialogar questões relacionadas ao racismo, preconceito, às inúmeras violências e às ações dos direitos das mulheres e combate às violências.

Ainda apontamos que a necessidade do espaço da universidade em Arraias possa ser palco de um trabalho para além do de apenas levantar as questões, mas para discussão, propostas e superação dessas relações opressoras, realizando sobretudo uma inserção na comunidade e na construção de movimentos de mulheres negras que possam assegurar a leitura de um mundo interseccional crítico, apoiar e construir pontes nas lutas coletivas na política local frente às instituições e movimentos sociais de combate às opressões e explorações.

Portanto, esta pesquisa traz apontamentos importantes e necessários para o debate acerca da temática e não se encerra por aqui, mas abre caminhos para novas investigações, reflexões e estudos. Que os leitores possam ampliar suas consciências críticas e sua mentalidade a respeito da exploração sexual, trabalhar em redes de proteção em seus coletivos, para melhor compreensão do universo feminino, combatendo todas as formas de violência em decorrência das desigualdades de gênero, para que todos e todas possam contribuir para o letramento racial e de gênero, na perspectiva da erradicação dessa transgressão, promovendo uma reparação histórica, bem como um futuro melhor e mais justo para homens e mulheres deste país que é tão plural.

REFERÊNCIAS:

AGÊNCIA BRASIL. Mais de 70% da violência sexual contra crianças ocorre dentro de casa. Agência Brasil - Direitos Humanos, 18 maio de 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-05/mais-de-70-da-violencia-sexual-contra-criancas-ocorre-dentro-de> Acesso em: 15 dez. 2024.

AGÊNCIA BRASIL. Mais de 70% da violência sexual contra crianças ocorre dentro de casa. Agência Brasil - Direitos Humanos, 18 maio de 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-05/mais-de-70-da-violencia-sexual-contra-criancas-ocorre-dentro-de>. Acesso em: 15 dez. 2024.

ALVES, Adelana; DIMARÃES, Carla. O impacto do abuso sexual infantil na adolescência: Consequências emocionais e intervenções terapêuticas. Revista FT, Rio de Janeiro, 04 de agosto de 2023. Disponível em: 2 Acesso em: 15 dez 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2022: resultados gerais da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 de dezembro de 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 28 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.970, de 17 de maio de 2000**. Institui o Dia Nacional de Luta contra a Violência à Mulher. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 maio de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19970.htm. Acesso em: 28 jan. 2025.

COSTA, Magda Suely Pereira. Poder local em Tocantins: domínio e legitimidade em Arraias. 2008. 298 f. Tese (Doutorado em Sociologia) -Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **Revista Estudos Feministas**, n. 1, 2002. Publicado no Dossiê da III Conferência Mundial contra o Racismo (Durban, 2001), sob a coordenação de Luiza Bairos, Universidade Católica de Salvador.

DINIZ, Debora; GEBARA, Ivone. Esperança feminista. **1ª edição**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos tempos, 2022.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

FALEIROS, Vicente de Paula. Abuso sexual de crianças e adolescentes: trama, drama e trauma. **Serviço Social e Saúde, Campinas**, SP, v. 2, n. 1, p. 65–82, 2005.

<https://doi.org/10.20396/sss.v2i1.8636441>

FREIRE, Paulo, 1921-1997. *Pedagogia do oprimido*/ Paulo Freire. 50 Ed. Rev. e atual. Rio de janeiro: Paz e Terra, 2011.

GIL, Antonio Carlos, 1946-Como elaborar projetos de pesquisa/Antonio Carlos Gil.-4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade*. 2ª edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

MINAYO, Maria Cecília. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **In: Ciência & Saúde coletiva**, 17, p. 621- 626. Rio de Janeiro, 2012.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Notificações de violências sexuais contra crianças e adolescentes no Brasil, 2015 a 2021. **Boletim Epidemiológico**, v. 54, Brasília, 28 fev. 2024. Disponível em:

<https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2023/boletim-epidemiologico-volume-54-no-08>.

Acesso em: 05 dez. 2024.

RIBEIRO, Djamila. *Cartas para minha avó*. 1 edição, Editora Companhia das Letras, São Paulo, 2021.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

SANDERSON, Christiane. *Abuso Sexual em Crianças: Fortalecendo Pais e Professores para Proteger Crianças Contra Abusos Sexuais e Pedofilia*. 1. ed. São Paulo. M.Books do Brasil Editora Ltda. 2005.

SANTOS, Tahinan. As consequências da escravidão na história do negro no Brasil. *Revista Diamantina Presença*, Itaberaba/BA, v.2, nº1, p.47-57, 2019.

SEVERINO, Antônio. *Metodologia de trabalho científico*. 23ª edição. São Paulo: Cortez, 2007.

TOCANTINS. Crianças e adolescentes representam pelo menos 63% das vítimas de estupros no Brasil. Portal do Tocantins, 19 jan. 2025. Disponível em:

<https://www.to.gov.br/noticias/criancas-e-adolescentes-representam-pelo-menos-63-das-vitimas-de-estupros-no-brasil/pos7shwsnco>. Acesso em: 21 jan. 2025.

TOLEDO, Cecília. **Gênero e Classe**. Org, Alícia Sagra, São Paulo: Editora Sundermann, 2017.

Viana, D. S., & Costa, M. do S. M. (2024). A cultura do patriarcado no brasil: da violência doméstica ao feminicídio. *Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação*, 10(5), 2829–2847. <https://doi.org/10.51891/rease.v10i5.13935>

Submetido em: 4 de abril de 2026.

Aprovado em: 29 de julho de 2026.

Publicado em: 23 de agosto de 2026.